

# ENTRE ORIENTE E OCIDENTE. CONTACTOS DE PORTUGAL COM O MUNDO NAS ORIGENS DA NACIONALIDADE

JOSÉ MATTOSO

A origem de um novo país é concebida vulgarmente à imagem e semelhança do início de um novo ser orgânico. Sendo o ser antecedido pelo não-ser, procuram-se os antecedentes do milagre que lhe deu vida; ou então, observando o comportamento do novo ser, tenta-se compreender como é que, sendo então incapaz de se mover sem auxílio externo, vai, a pouco e pouco, ganhando a sua autonomia. A sua fragilidade inicial vai dando lugar à consolidação como ser autónomo e independente. A partir de então já não depende dos outros. Pode ter a sua própria história.

Esta ideia do senso comum é expressa, por exemplo, por Oliveira Martins pouco depois de 1870, sob uma forma aparentemente científica inspirada na biologia:

*Os órgãos do corpo social apresentam-se, primeiro, como esboços rudimentares; e o conjunto possui apenas o carácter da agregação. À medida que a acção e a reacção dos diversos elementos obriga cada um deles a definir-se e a especializar-se, vai aparecendo o princípio de coordenação comum, espécie de princípio vital social: assim também da primitiva agregação celular sai o organismo. Logo, porém, e à maneira que se desenvolve e tende a atingir a perfeição típica, a sociedade gera em si um pensamento que é, ao mesmo tempo, o norte que dirige, a mola interior que move o ser orgânico no seu desenvolvimento e afirmação: assim também o corpo, uma vez constituído, é, num sentido, a origem do pensamento, e, em outro, o seu produto.*

Esta ideia associa-se com outra, igualmente ingénua, mas não menos arraigada, segundo a qual este processo se desenrola no isolamento, sem que ninguém perceba o que se está a passar, para depois se ir consolidando e afirmando exteriormente, em iniciativas cada vez mais ousadas e empreendedoras, até se tornar perceptível em círculos cada vez mais alargados. No caso de Portugal, o isolamento que carac-

terizaria a fase infantil da nação seria reforçado pela sua posição geográfica no extremo da Europa, «lá onde a terra acaba e o mar começa». Portugal seria, para as grandes nações europeias como a França, a Inglaterra ou o Império Alemão, uma terra longínqua, envolvida pela lenda, e da qual nunca se saberia quase nada.

Mencionemos ainda, para alargar os termos de comparação, a ideia romântica segundo a qual os países nasceriam de uma lenta tomada de consciência do seu próprio espírito nacional, da *Volksgeist*, presente desde as origens nos agrupamentos étnicos e culturais europeus, mas escondido, em alguns casos, até à época contemporânea, isto é, até ao momento em que as comunidades étnico-culturais dependentes de nações mais poderosas, acabariam, depois de muitos séculos de gestação, por se revoltar contra as nações a que estavam sujeitas. Assim se teriam revoltado, já no século XIX, em nome da liberdade, algumas nações que então conseguiram conquistar a independência, como a Bélgica ou a Grécia, enquanto que outras, como a Polónia ou a Irlanda, só viriam a consegui-lo mais tarde. Esta concepção está na base da ideologia nacionalista, que considera a Nação como uma entidade eterna ou um dom da natureza. As nações que de facto o são acabam sempre por se revelar. A ideia de progresso universal predominante no século XIX tendia a considerar esta espécie de revelação como um processo natural, independentemente da sua visibilidade.

Destas interpretações discutíveis interessa-me sobretudo a segunda, que concebe a nacionalidade como um processo autónomo e, portanto, em última análise, como independente das condições em que se dá. Sem pretender elaborar uma teoria global acerca da origem das nacionalidades, creio que, pelo menos no caso de Portugal, se verifica exactamente o contrário, ou seja que a sua independência se dá numa conjuntura favorável à intensificação de contactos externos, de circulação internacional de ideias e de pessoas, de conjugação ou de oposição de movimentos políticos e militares, de renovação intelectual e religiosa, de reestruturação do poder. O intenso dinamismo que, no princípio do século XII, envolve toda a Cristandade europeia não é de modo algum exclusivo do centro da Europa, ou seja, não envolve apenas a França, a Alemanha, a Itália e a Inglaterra, mas também a Hispânia. É nesse ambiente que Portugal dá os primeiros passos como formação política independente. A circulação de ideias e pessoas, os contactos pessoais e escritos, pacíficos ou armados, não criam, por si mesmos, efeitos políticos ou sociais determinados, mas *propiciam* resultados novos. Em vez de favorecerem a reprodução das mesmas soluções sociais, das mesmas formas de exercício do poder, das mesmas crenças, inspiram a experimentação, a novidade e a diferença. A conjugação imprevisível de factores de todo o género, individuais ou colectivos, abre as portas a um mundo novo. É o que acontece, creio eu, na Hispânia, de uma forma mais intensa durante as últimas décadas do século XI e as primeiras do século XII,

ou mesmo até ao fim do século XII. Os resultados de uma conjuntura favorável à mudança não são a causa, mas a condição propícia à independência nacional; por isso mesmo é que ela brota de uma conjugação fortuita, não de um processo necessário. A necessidade de encontrar os antecedentes, irresistivelmente sentida pela ideologia nacionalista e romântica, é, pois, injustificada. Devemos examinar antes a convergência inesperada de factores antes independentes, e que, associados, criam uma entidade política nova que acaba por se tornar o pólo unificador de uma nação independente.

Se assim é, a imagem da gestação de um ser vivo que se desenvolve por si só, independentemente do ambiente que o rodeia, não é adequada à compreensão do fenómeno histórico nacional. Devemos, pelo contrário, verificar a intensidade e a variedade dos contactos de factores de natureza diversa e de origens diferentes numa mesma região e no mesmo período. Também não devemos restringir a observação aos momentos iniciais da eclosão do fenómeno, mas antes prolongá-la no tempo, para verificar se as conjunturas seguintes lhe são favoráveis ou desfavoráveis, e se, num caso ou no outro, se resolvem favorável ou desfavoravelmente à sua consolidação. De qualquer maneira, a observação dos contactos de Portugal com o exterior, antes e depois da sua independência, torna-se especialmente significativa para a compreensão dessa mesma independência. Pelo contrário, se a hipótese da determinação imposta por uma posição geográfica periférica, enquanto factor de isolamento, em contraste com regiões mais próximas do centro europeu, configura permanentemente a história de Portugal, como país marginal, torna-se particularmente importante estudar os períodos e ocasiões em que se intensificam os contactos do país com as outras nações, e se rompe o círculo apertado em que normalmente se move.

É óbvio que não vamos examinar estes problemas no amplo quadro que assim tentei traçar. Tratando-se neste colóquio do «tempo de Afonso Henriques» será neste período que tentaremos averiguar o sentido e a intensidade dos contactos internacionais que então se verificam. Digamos desde já que, durante o período que vai de cerca de 1080 a 1150 ou 1160, revestiram um grau de variedade e de intensidade tais como raramente se verificou em toda a nossa história, salvo, talvez, no século XV. A nossa atenção concentrar-se-á, pois, sobretudo nesse período.

## O OCIDENTE

Tomemos como acontecimento simbólico do *take-off*, pelo que diz respeito aos contactos internacionais, a reunião do concílio de Burgos de 1080, em que o rei Afonso VI de Leão e Castela decretou o abandono do rito litúrgico hispânico ou moçárabe e a adopção do rito romano. Esta decisão resultava já (i) da presença

no seu reino de monges vindos de Cluny em abadias por eles fundadas ou reformadas e que adoptaram os seus minuciosos costumeiros monástico-litúrgicos, (ii) dos seus contactos com o abade Hugo de Cluny, tio de sua mulher, a rainha Constança, e (iii) da sua convicção de que devia às orações dos monges borgonheses a sua elevação ao reino de Leão e Castela e as suas vitórias sobre os reinos taifas da Península. Esta convicção levava-o a entregar periodicamente a Cluny elevadas quantias de ouro, que os monges, por sua vez, aplicavam na ampliação da sua riquíssima igreja abacial.

Mas as relações que Afonso VI estabeleceu com Cluny eram apenas uma das modalidades das relações entre o poder temporal e o poder espiritual, que, por esses anos, sofreu uma profunda alteração. A tradicional cooperação entre o rei e o episcopado seguida fielmente na Hispânia desde a época visigótica foi posta em causa a partir de 1074 por uma agressiva intervenção do recém-eleito papa Gregório VII. Dirigindo-se por escrito ou por intermédio de legados papais ao rei de Leão, o papa pôs em dúvida a ortodoxia da fé professada na Hispânia, corrompida, dizia ele, pelo priscilianismo, o arianismo e o islamismo. Os legados papais entraram em contacto com o rei e os bispos, suscitaram reuniões de sínodos, e acabaram por persuadir Afonso VI a alterar o rito litúrgico observado no seu território. Não cessaram mais de intervir na Hispânia, não só em questões de culto divino mas também (i) em questões morais relacionadas com o matrimónio, e (ii) em questões político-eclésiásticas relacionadas com a faculdade de nomear novos prelado. No primeiro caso, (i) condenava-se o incesto ou casamento entre parentes consanguíneos até ao sétimo grau e reserva-se ao papa a dispensa do impedimento ou declaração de nulidade. No segundo, (ii) reservava-se para o clero a nomeação de novos bispos e abades e considerava-se acto de simonia a intervenção de reis e senhores feudais.

Assim, a presença dos monges cluniacenses em Leão e Castela, a intervenção de legados papais, as discussões entre os eclésiásticos e os delegados do rei nas várias terras, e a necessidade de obterem os novos livros litúrgicos e conhecerem as novas práticas rituais, no canto, no ofício divino, na administração dos sacramentos, provocaram, sem dúvida, uma efervescência enorme, uma intensa circulação de pessoas e, acaloradas discussões. A variedade de situações era enorme. Podemos imaginar que nuns lugares se aceitaria rapidamente o novo rito, enquanto que noutros, por convicção ou por falta de informações, se protelaria a sua prática durante muitos anos.

As divergências envolverem, como é evidente, clérigos e leigos. Os *tenentes* representantes do rei dividiram-se entre os que seguiram as suas ordens e os que lhe resistiram. Assim, no condado de Portucale, os patronos dos mosteiros mais importantes aceitaram sem hesitação aparente, as observâncias cluniacenses, e,

com elas, decerto, o rito romano; ao passo que, no condado de Coimbra, o alvazil Sisnando resistiu às alterações provavelmente até morrer.

Aparentemente não há relação alguma entre a mudança de ritual e a conquista de Toledo, antiga capital do reino visigótico. Mas este acontecimento militar, no momento mais quente da mudança ritual, acelera ainda mais a viragem de rumo. Até 1081, o rei exercia a sua autoridade sobre as principais taifas muçulmanas por meio da cobrança de parias em ouro; nesse ano resolveu passar à ofensiva. Em 1085 conseguiu conquistar Toledo, a prestigiada capital do reino visigótico que os reis de Leão e Castela sempre tinham querido restaurar. Surgiram então novas ocasiões de contactos internacionais. O primeiro bispo nomeado para a cidade foi, significativamente, um francês e um cluniacense, Bernardo de Sédirac. Embora tivesse sido eleito numa assembleia de bispos e magnatas sob a presidência do rei, pressupõe-se um entendimento com o papa, que durante o seu pontificado defendeu sempre, como vimos, a superioridade do poder espiritual sobre o temporal. A partir de então, foram numerosas as nomeações episcopais de clérigos e monges franceses, sobretudo para as sés política e religiosamente mais importantes. O papa intervinha directamente na confirmação dos arcebispos reservando para si a entrega pessoal do pálio, sinal distintivo dos metropolitanos, que, para isso tinham de se deslocar a Roma. Como é evidente, a presença destes clérigos estrangeiros nas dioceses ibéricas e o seu papel na administração eclesiástica, com ajuda de auxiliares da mesma origem, adoptando práticas usadas nos seus países, mas desconhecidas na Hispânia, criou novas ocasiões de alterações e contactos. Além disso, estes bispos, apoiados pelos legados papais que, a partir de então, multiplicam as suas visitas, procuram impor o programa da reforma gregoriana, que exige, como vimos também, a independência do clero na escolha dos bispos, a condenação do incesto, o celibato clerical e a condenação da simonia. É o que farão em Portugal e na Galiza, poucos anos depois, Diogo Gelmirez em Santiago de Compostela, S. Geraldo em Braga, Maurício Burdino em Coimbra e Braga, Hugo no Porto, Bernardo em Coimbra.

É neste contexto que aparecem no ocidente peninsular outros personagens trazidos à Hispânia por razões diferentes: os cavaleiros que vêm colaborar na Reconquista. A recuperação da superioridade militar muçulmana pelos almorávidas, tornada evidente pela derrota de Afonso VI na batalha de Zalaca, em 1086, levou-o a pedir a ajuda dos cavaleiros borgonheses para os combater. De facto conhece-se o nome de alguns dos que então estiveram na Hispânia, entre os quais o duque Eudes de Borgonha, o visconde Guilherme de Melun, o conde Raimundo de Toulouse e os nossos bem conhecidos Raimundo e Henrique de Borgonha. A intimidade destes dois últimos com o rei Afonso VI, reforçada pelo seu casamento com a parente de ambos, a rainha Constança, torna bem evidente a intensidade do contacto de culturas nessa ocasião efectuada. O casamento de ambos com as

duas filhas do rei, e a concessão de poderes territoriais e de direitos sucessórios que a um e outro é feita, acentua ainda mais o quadro das alterações. Os factos são muito conhecidos. Mas nem sempre se tem em conta o seu alcance. Os dois condes prolongavam e renovavam a política de contactos de Afonso VI. Responsáveis pelo governo de um importante território cuja defesa estavam encarregados de assegurar, fizeram-no com a colaboração de compatriotas seus, mas escolheram os membros das suas cúrias condais entre a aristocracia galega e portuguesa. Não sabemos que língua falavam ordinariamente entre si, mas a diferença de cultura provocou, sem dúvida, trocas de grande intensidade.

Entretanto, os contactos entre ibéricos e borgonheses ou italianos não se davam só ao alto nível: além de envolver (i) clérigos e auxiliares trazidos por legados papais, bispos e cavaleiros, atraíam também (ii) comerciantes que formaram pequenas comunidades residentes em certos burgos, como as que desde essa época aparecem aqui, em Guimarães, em Coimbra e, em grupos decerto mais numerosos, mas menos estáveis, (iii) os peregrinos que ansiavam rezar junto do túmulo de Santiago, apóstolo das Espanhas. A celebridade do seu santuário foi crescendo sem cessar desde o século X até atravessar fronteiras e chegar aos confins da Cristandade. Mas foi sobretudo desde a segunda metade do século XI e o século XII que se tornou um dos mais importantes pólos da religiosidade europeia. A afluência de peregrinos propiciou a construção de igrejas, santuários e hospedagens em vários pontos da rota por eles seguida, sobretudo aquela que se tornou conhecida como o «caminho francês». O afluxo de estrangeiros inspirou, uma obra singular, o Livro de Santiago, ou *Codex Calixtinus* onde se recolheram, além de textos litúrgicos, relatos de milagres, a história da trasladação do corpo do Apóstolo, a lenda dos combates travados contra os mouros por Carlos Magno e finalmente o «Guia do peregrino» com informações úteis e conselhos práticos para os viajantes, e até cânticos e composições musicais a uma ou várias vozes. Outra obra absolutamente singular é a *Historia Compostellana*, escrita por volta de 1140, a qual, além de se distinguir pelas suas dramáticas narrativas acerca das acções do célebre arcebispo Diego Gelmirez, e pela transcrição de numerosos documentos, manifesta a importância internacional de Compostela. Através dos seus textos extremamente vivos, tornam-se evidentes os efeitos dos contactos culturais que aí se verificaram durante dezenas de anos com uma enorme intensidade. Entre eles, pode-se apontar a construção da própria catedral, uma das obras mais notáveis do românico europeu devido à integração que nela se verifica de soluções construtivas e iconográficas vindas de longe. Noutra plano, a afluência de dinheiro a Compostela, de que o arcebispo beneficiou largamente, conferiu-lhe um imenso poder, que aproveitou para enviar a Roma mensageiros carregados de dons, e assim obter da Santa Sé privilégios eclesiásticos excepcionais. A mesma

abundância monetária atraiu numerosos comerciantes e impulsionou todas as actividades económicas. O poder adquirido pelos burgueses acabou por suscitar a sua revolta contra as imposições senhoriais, fazendo de Compostela um dos centros de contestação social mais evidente de toda a Idade Média peninsular. Pelos mesmos anos, surgem outras revoltas urbanas do mesmo tipo em Sahagún e noutros pontos do «caminho francês». Este resultado lateral dos contactos culturais mostra por si só a importância de uma conjuntura favorável às transformações políticas e económicas. A independência portuguesa é uma delas.

A conjuntura galaico-portuguesa dos anos 1096 a 1128 repercute-se a uma escala menor na efervescência concentrada na Galiza como reacção regional ao grande movimento desencadeado pelos contactos religiosos hispano-francos e hispano-italianos. Na antiga Galécia, um dos efeitos da concentração económica, cultural e religiosa em Compostela, acorda a rivalidade de Braga, como metrópole herdeira da antiga província do Império Romano. A questão eclesiástica situou-se imediatamente num contexto internacional, porque os contendores solicitaram a arbitragem papal. As sucessivas etapas da controvérsia prologaram-se durante mais de um século, impondo novos e repetidos contactos epistolares e viagens dos próprios bispos e dos seus delegados a Roma. Estas viagens propiciaram a participação de eclesiásticos galegos e portugueses em sínodos e concílios gerais onde se encontravam com os seus colegas no episcopado e com personalidades tão vigorosas como S. Bernardo ou Pedro de Cluny, e onde se discutiam questões que envolviam toda a Cristandade.

À rivalidade galaico-portuguesa de natureza eclesiástica, associa-se a rivalidade sucessória e política de D. Teresa para com sua irmã D. Urraca, agravada pelo espírito ambicioso e empreendedor de D. Henrique. A sua morte prematura impõe a Teresa a necessidade de encontrar outro coadjuvante, que será o conde de Trava. Os seus propósitos articulavam-se com a provável ideia da restauração da Galécia. Era o resultado lateral da concorrência entre o sistema sucessório numa linha única, tradicional na Hispânia visigótica e astur-leonesa, mas várias vezes infringida pela divisão dos estados por mais de um filho, e o sistema da repartição hereditária dos países do Norte, adoptado por Fernando o Magno e depois por Afonso VII, não inteiramente desconhecido na Península, mas sempre contestado. Era também o resultado da entrega do poder régio a mulheres – concretamente Teresa e Urraca –, prática admissível além Pirinéus, mas surpreendente na Hispânia. Noutro plano, a questão dos poderes está relacionada com a concorrência entre o poder de origem imperial (romano ou carolíngio), herdado pelos reis – nomeadamente os da Península – e aquele de que se apropriam senhores de condição inferior. Afonso Henriques pretende ter direito à posição régia herdada de Afonso VI por intermédio de sua mãe, mas em 1128 não passa, de facto, de um senhor escolhido por

um conjunto de senhores pouco menos poderosos do que ele, mas também pouco dispostos a prestar homenagem a um simples conde, como o senhor de Trava.

## O ORIENTE

S. Mamede podia não ter sido senão uma escaramuça feudal. Teve efeitos bem maiores porque o poder que nesse momento Afonso Henriques tomou em suas mãos se inscreveu rapidamente num contexto internacional. Vejamos primeiro o contexto polarizado no Oriente, ou melhor em Jerusalém.

Aqueles factos que permitem sublinhar este aspecto da independência portuguesa concentram-se em Coimbra. Esta cidade de fronteira, simultaneamente bastião da guerra contra o Islão e centro de contactos culturais e comerciais com o Sul da Península, tornou-se um pólo de conhecimentos e contactos bem mais amplos desde que o papa Urbano II, sucessor de Gregório VII, decidiu pregar a cruzada para a recuperação cristã dos lugares santos no concílio de Clermont, em 1095. Como se sabe, foi o arranque de um avassalador movimento europeu concretizado na conquista de Jerusalém pelos cruzados no dia 13 de Junho de 1099. É difícil resumir em poucas palavras as inúmeras repercussões deste acontecimento. Representa e, ao mesmo tempo provoca, a ruptura da anterior situação de isolamento e defesa da Cristandade em relação com o mundo exterior. As consequências políticas, sociais, económicas e culturais são variadas e numerosas. Vão desde o aparecimento de novas concepções geográficas, até às inovações da táctica militar e dos transportes marítimos; desde o reforço da autoridade papal, até à curiosidade pela ciência e pela filosofia árabes; desde a concepção do papado como autoridade simultaneamente espiritual e temporal de toda a Cristandade, até à alteração do conceito de penitência e de santidade; desde o reforço da intolerância religiosa até à revisão dos princípios que fundamentam a autoridade dos príncipes; desde o desenvolvimento da piedade devocional para com a humanidade e os sofrimentos de Jesus Cristo, até à perplexidade perante a venerável antiguidade das igrejas ortodoxas orientais.

Este imenso movimento envolve também os portugueses, entre eles os de Coimbra. Sabemo-lo muito concretamente porque o bispo da cidade, o francês Maurício Burdino, passou quatro anos em Jerusalém, entre 1104 e 1108, sendo então acompanhado pelo presbítero Telo, futuro fundador de Santa Cruz de Coimbra. S. Teotónio, o primeiro prior do mesmo mosteiro, tomou o mesmo caminho por duas vezes, sendo numa delas acompanhado, como diz a sua biografia, por uma «não pequena multidão de peregrinos». A estas viagens sucederam-se outras com o mesmo destino e um carácter não menos exemplar, em virtude da sua relação

com a família régia e a alta nobreza peninsular. Sirvam de exemplos as da infanta Sancha, filha bastarda de Afonso VI; de Elvira, sua meia-irmã, e do seu marido Raimundo IV, conde de Toulouse, pais do conde Afonso Jordão de Toulouse, nascido na Terra Santa e baptizado no rio Jordão; de Rodrigo Gonçalves de Lara, governador de Toledo; dos irmãos Fernão Peres e Bermudo Peres de Trava que parece terem feito a mesma viagem por duas vezes. Seguiram-se muitos outros peregrinos anónimos, alguns deles de Coimbra, além dos que acompanharam S. Teotónio. Um deles deve ter sido o prior Martinho do mosteiro de Leça, depois chamado do Bailio, que em 1112 governava a comunidade de «pobres de Jerusalém» que ali vivia, provavelmente depois da sua entrega aos Hospitalários com consentimento de D. Teresa. Facto notável pela sua precocidade, porque a Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém só foi aprovada pelo papa no ano seguinte. Outros peregrinos que tinham também ido à Terra Santa fundaram em Coimbra uma confraria da invocação do Santo Sepulcro, documentada desde 1117.

Os crúzios não deixaram nunca de invocar Jerusalém como ponto de referência, como se pretendessem assim recordar que fora aí onde se estabelecera, imediatamente depois da Ascensão de Jesus Cristo ao céu, a comunidade da «vida apostólica», que eles escolhiam como modo exemplar de vida religiosa. Assim, se Roma representava a autoridade do primeiro dos Apóstolos, responsável pela orientação da Igreja visível neste mundo, era preciso não esquecer que Jerusalém representava a própria «vida apostólica» directamente fundada por Jesus Cristo, como prefiguração da comunidade dos eleitos na Jerusalém celeste.

Afonso Henriques não tomou a cruz para ir a Jerusalém. Mas pouco depois da batalha de S. Mamede, confirmou a rica doação pela qual, um ano antes, sua mãe oferecera à Ordem do Templo o castelo e o termo de Soure e um domínio em Fonte Arcada. Associaram-se a ela dezoito grandes senhores portugueses e galegos. Na sua confirmação, o príncipe, que acabava de se apoderar do condado portugalense, diz que o faz «por amor de Deus e para remédio de sua alma e da de seus pais e pelo cordial amor que tem para convosco [os templários] e para ter o benefício de ser irmão da vossa fraternidade». Declara-se, pois, como membro associado da ordem e, portanto, como beneficiário das graças espirituais auferidas pelos monges-cavaleiros. Era uma novidade absoluta na Península e na Cristandade. Os templários, fundados em 1120 por Hugo de Payns ainda não tinham sido aprovados pelo papa. Em 1128 e 1129 o fundador e alguns dos seus companheiros estiveram na Península, na Inglaterra e na França para recolherem meios materiais e recrutarem voluntários. Um deles era Raymond Bernard, o que recebeu a doação de D. Teresa. No ano seguinte, a ordem, que, entretanto, tinha suscitado um rasgado elogio de S. Bernardo, no seu célebre texto *De laude novae militiae*, foi aprovada no concílio de Troyes. Os templários ousavam, assim, infringir o princí-

pio da distribuição dos homens em três categorias funcionais distintas, os *oratores*, *belatores* e *laboratores*, e apresentar-se como monges-guerreiros, ou seja, ao mesmo tempo *oratores* e *belatores*, duas funções até então consideradas como incompatíveis uma com a outra. S. Bernardo viu claramente a novidade e acentuou-a bem no seu «louvor». O papa apoiou-a com a sua superior autoridade. D. Teresa, os seus magnatas e Afonso Henriques, com os olhos postos em Jerusalém, fascinados pelo mundo novo que a sua restituição à Cristandade representava, quiseram associar-se à transformação que julgavam anunciar.

Não há nenhuma relação directa destes factos com a fundação de Portugal. Todavia representam com toda a clareza, e mesmo de uma maneira exemplar, o ambiente de inovação, de ousadia e de enquadramento ideológico que rodeou Afonso Henriques desde os seus primeiros actos como detentor de um poder político. A sua fixação em Coimbra em 1131, donde partiu para as suas expedições para sul desde 1135, insere-se simultaneamente na tradição hispânica da recuperação da Hispânia, no combate contra os inimigos da fé e, em última análise, no movimento de defesa da Terra Santa. Representa também a consolidação de um poder independente, na medida em que o alargamento do território portugalense lhe conferia maiores recursos materiais. O seu acto de vassalagem ao papa como *miles Christi* em 1143 (outra novidade no contexto peninsular) mantém a mesma coerência, mas põe o acento na conexão do combate conduzido pelo rei, com o combate anti-islâmico dirigido pelo chefe da Igreja universal. Este combate tem o seu ponto alto na conquista de Lisboa com auxílio de cruzados franceses, flamengos, alemães e anglo-normandos em 1147, segundo parece, com a bênção e a intervenção de S. Bernardo. A colaboração dos Templários na conquista de Santarém e na de Lisboa mantém e reforça aquilo a que poderíamos chamar o «horizonte oriental» de Afonso Henriques e dos seus colaboradores. Um deles é o mestre Gualdim Pais, antigo cavaleiro da sua corte que, com pouco mais de vinte anos, tinha combatido na Palestina, em Ascalon, Antioquia e Sídon, antes de voltar a Portugal, onde dirigiu a construção de uma linha de castelos que serviu de defesa de Santarém e de Lisboa contra as investidas almóadas, aplicando aqui as técnicas de construção militar criadas na Terra Santa.

## DE NOVO O OCIDENTE

Voltemos ao Ocidente. Depois das agitações que marcaram o reinado de D. Urraca, o reino de Leão e Castela recupera a estabilidade. As inovações litúrgicas impostas por Roma acabaram por ser assimiladas, as relações entre o poder temporal e o poder espiritual pacificaram-se, os princípios da reforma gregoriana perderam a sua intransigência e deram lugar a soluções consensuais. Com o apoio

do papa, a autoridade de Afonso VII consolidou-se, tanto sobre os senhores feudais, como na guerra contra os muçulmanos, contra os quais obteve retumbantes vitórias. As visitas regulares dos legados pontifícios e o recurso habitual à cúria romana para dirimir questões de jurisdição e administração eclesiástica mostram a presença definitiva da vigilância romana sobre a vida da Igreja na Ibéria.

Neste contexto, a situação de Afonso Henriques reveste um carácter ambíguo: as confrontações armadas entre ele e o «Imperador» parece terem servido sobretudo para adiar uma solução que o primeiro evitou e o segundo não urgiu. Depois das acções militares na Galiza até pouco antes de 1143 (ou seja, do chamado «tratado de Zamora») as suas relações com o rei de Leão e Castela tornaram-se pacíficas. É possível que não tivessem esse carácter se Afonso Henriques não tivesse procurado fora da Península apoios directos ou indirectos para manter a sua autoridade. Deveu-os sobretudo aos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, e ao conselho e iniciativas de D. João Peculiar, fundador de Santa Cruz, bispo do Porto e depois arcebispo de Braga, que serviram de intermediários.

D. João Peculiar, principal auxiliar do primeiro rei de Portugal, deve ter passado alguns anos da sua juventude em França, onde deve ter contactado com os novos movimentos religiosos que aí se sucederam ao dos cluniacenses: os eremitas, os cistercienses e os cónegos regrantes. Depois de ter apoiado os eremitas do Vale do Vouga, associou-se aos fundadores de Santa Cruz de Coimbra, e veio pouco depois a ser eleito bispo do Porto (1136) e, logo a seguir, arcebispo de Braga (1139). Percebeu imediatamente a vantagem de obter para o seu mosteiro a protecção papal e a isenção da jurisdição episcopal. Ainda como cónego regrante foi pessoalmente a Roma em 1135, na companhia do fundador D. Telo para solicitar esse privilégio, de facto concedido pelo papa por intercessão do cardeal Guido de Vico. Teve então ocasião de assistir ao concílio de Pisa, em que algumas centenas de bispos e altos dignitários eclesiásticos, entre eles o próprio S. Bernardo, manifestaram o seu apoio ao papa, contra o antipapa Anacleto. Julga-se que os dois portugueses tenham nessa altura conversado directa ou indirectamente com S. Bernardo. Isso explicaria o envio de monges cistercienses a Tarouca, talvez em 1138, para acolherem na ordem a comunidade eremítica aí recém-fundada. A ligação de D. João Peculiar aos eremitas do Vale do Vouga torna esta hipótese bastante plausível. De regresso a Portugal, os dois crúzios foram a Pavia venerar as relíquias de Santo Agostinho e estiveram depois em S. Rufo de Avinhão, uma das comunidades de cónegos regrantes mais célebres da época, donde trouxeram para Coimbra uma cópia do costumeiro do prior Letberto. As novas viagens de outros regrantes a S. Rufo nos anos seguintes para aí copiarem livros litúrgicos e patrísticos mostra bem que houve nessa época contactos intensos com os centros de renovação religiosa do sul da França.

D. João Peculiar tornou-se, desde então, provavelmente com a protecção do cardeal Guido de Vico, uma personagem incontornável na política eclesiástica portuguesa. Eleito bispo do Porto no ano seguinte, sucedeu ao arcebispo de Braga Paio Mendes, falecido em 1138. Como arcebispo, foi a Roma receber pessoalmente o pálio das mãos do papa. A sua segunda viagem coincidiu com um novo concílio, desta vez um concílio ecuménico, o II de Latrão, onde o papa Inocêncio II celebrou a sua vitória sobre o anti-papa Anacleto. Estava presente S. Bernardo. Peculiar deve ter tido oportunidade de falar de novo com ele. Como arcebispo de Braga obteve a confirmação dos seus direitos metropolíticos sobre as dioceses da mesma província eclesiástica, evitando assim a sujeição a Compostela. De regresso a Portugal, dirigiu-se a Coimbra na mesma ocasião em que o príncipe D. Afonso regressava da batalha de Ourique, cheio de despojos, e celebrava a sua vitória por meio de um cortejo triunfal. Se é verdade que os seus cavaleiros o aclamaram como rei no campo de batalha, alçando-o sobre o seu escudo como era costume em Navarra, voltaria também a ser aclamado com o mesmo título no cortejo triunfal de Coimbra. Assim, a conjugação fortuita do triunfo do papa, do reconhecimento dos privilégios bracarenses e da vitória armada contra o Islão representa um enquadramento factual que projecta a independência portuguesa num horizonte europeu.

A partir de então João Peculiar aparece em todos os contactos de Portugal com o exterior. Em 1143, acompanha o cardeal legado Guido de Vico na sua viagem a Coimbra e Zamora e assiste, decerto, às conversações de Afonso Henriques com Afonso VII que encerraram os conflitos entre ambos. Foi ele, sem dúvida, que inspirou ao nosso primeiro rei a ideia de se tornar *miles Sancti Petri* ou seja vassalo da Santa Sé, mediante o pagamento de um censo em ouro, o que confirmava a relação do poder político português com o chefe da Cristandade. A carta pela qual Afonso presta homenagem ao papa foi levada pessoalmente a Roma por D. João Peculiar em 1144. Embora não tenhamos informações directas acerca da sua intervenção como negociador do casamento do rei, é muito provável que nessa viagem tenha contactado com o conde de Sabóia, Amadeu III de Maurienne, para lhe pedir a mão de sua filha Mafalda (ou Matilde). Amadeu era sobrinho de Raimundo de Borgonha e do papa Calixto II e irmão da rainha Adelaide casada com o rei Luís VI de França; era, portanto, tio materno do rei Luís VII. S. Rufo de Avinhão situava-se junto à fronteira do condado de Sabóia. Verifica-se, portanto, que Afonso Henriques não tinha esquecido o seu parentesco com a casa de Borgonha e que soube tirar partido das alianças estabelecidas com outras casas senhoriais e até com a casa real de França, por intermédio mulheres da mesma linhagem, assim como dos laços religiosos que associavam Santa Cruz de Coimbra com S. Rufo de Avinhão.

Tendo o rei casado com D. Mafalda em 1146, na mesma ocasião em que S. Bernardo começou a pregar a cruzada por instigação do papa Eugénio III e obteve

a promessa de Amadeu da Sabóia e de Luís VII de França tomarem a cruz como cruzados, pode-se, decerto, estabelecer uma relação entre estes factos e a conquista de Lisboa em 1147 pelos cruzados que constituíam a expedição marítima que então se dirigiu à Terra Santa. Este facto de que já falei, devido ao seu enquadramento no contexto oriental, projecta-se, pois, também, no horizonte ocidental. Os vestígios que deixou em muitas fontes escritas da época confirmam-no plenamente: além do célebre relato do cruzado R a Osberno, decerto um premonstratense do mosteiro de Butley, no Suffolk, podem-se citar também as cartas de outros membros da expedição ao arcebispo de Colónia, ao bispo de Terouenne e ao abade de São Disibaldo. O estabelecimento de alguns dos cruzados flamengos, franceses e alemães em Portugal, nas terras recém-conquistadas, a nomeação de um anglo-normando, Gilberto de Hastings, como primeiro bispo de Lisboa, e o novo recurso do rei à colaboração armada de outras expedições de cruzados que seguiam a mesma rota marítima, como a comandada por Teodorico da Alsácia, que atacou Alcácer do Sal em 1157, contribuíram também para inserir a história da independência portuguesa no contexto europeu.

Entretanto, as rivalidades internas do mundo eclesiástico e da política peninsular começavam a sobrepor-se aos contactos de horizontes mais largos. Peculiar tinha de se justificar em Roma, em 1148, acusado pelo arcebispo de Toledo, como primaz das Espanhas, por ter sagrado dois novos bispos, o de Lisboa e o de Lamego, cujas sés deviam ser sufragâneas de Compostela. O arcebispo de Toledo exigia-lhe o juramento de homenagem como primaz, e o papa, nessa altura já interessado num projecto de cruzada peninsular, ameaçou-o de suspensão. Peculiar tentou esquivar-se mas acabou por ceder, e prestou o seu juramento em Toledo, em 1150, num sínodo onde se tentou, em vão, concretizar o projecto. Depois ainda voltou a Roma por duas vezes, em 1151 e em 1153, decerto para esclarecer a sua posição ou para recuperar a sua autoridade sobre todos os bispos do reino, sem grandes resultados. As dificuldades de entendimento e a morte do imperador Afonso VII em 1157 comprometeram-no definitivamente. Criou-se um clima em que as rivalidades entre os reinos peninsulares e entre os membros do episcopado se sobrepunham às relações com o resto da Cristandade e com o Oriente. A tentativa de Luís VII de participar numa nova cruzada, por instigação do bispo Gilberto de Lisboa, que chegou a tentar recrutar voluntários em Inglaterra, e as duas visitas do cardeal legado Jacinto à Península em 1154 e 1155, não convenceram o rei de Portugal nem o arcebispo de Braga a aderir ao projecto. D. João Peculiar ainda voltou a Roma em 1157 e em 1163, mas provavelmente para defender as suas prerrogativas e não, decerto, para assegurar contactos de natureza cultural ou religiosa.

A morte de Afonso VII e a divisão dos reinos de Leão e de Castela alterou a política peninsular. A partir de então acentuaram-se os conflitos entre os cinco

reinos que passaram a existir na Península. As questões de política hispânica sobrepueram-se a contactos de outro tipo. Em Portugal, os acontecimentos relevantes que caracterizam a sua relação com o exterior limitam-se ao horizonte peninsular. Assim acontece com o projecto de casamento da infanta Mafalda com Afonso II de Aragão, em 1160, mas anulado antes de consumado, dois anos depois; o casamento da infanta Urraca com o rei Fernando II de Leão, também anulado em 1175; e o casamento do príncipe herdeiro Sancho com D. Dulce de Aragão em 1174. Estes acordos consolidavam a posição de Afonso Henriques como rei de pleno direito, pois exprimiam o seu reconhecimento pelos restantes reis da Península, mas não o relacionavam com outras regiões, como tinha acontecido com o seu próprio casamento. Só o da infanta Teresa com o duque Filipe da Alsácia em 1184 representa a relação de Portugal com o resto da Europa. O reconhecimento do título régio de Afonso Henriques em 1179, pela célebre bula *Manifestis probatum*, representa a final aceitação pela Santa Sé de um facto consumado.

Assim, a partir de 1157, aproximadamente, a história portuguesa reduz-se ao seu enquadramento ibérico. Os contactos além-Pirinéus reduzem-se quase só às viagens a Roma por razões de política eclesiástica; revestem, porém, um carácter diferente, do qual ainda não falámos, quando representam uma nova fase da importação de correntes de vida religiosa que trazem consigo importantes novidades culturais. Assim acontece em virtude da fundação de mosteiros cistercienses e premonstratenses. Os cistercienses, talvez tivessem chegado a Portugal, como já vimos, enviados, talvez, entre 1138 e 1140, pelo próprio S. Bernardo; de Tarouca ou directamente de Claraval, vieram os primeiros monges de Alcobaça, em 1152, antes de comunicarem as suas constituições a vários mosteiros de origem eremítica no vale do Douro, e noutras regiões do Norte de Portugal. Os premonstratenses tiveram uma comunidade efémera em Lisboa, em 1147, mas cederam o lugar aos cónegos regrantes vindos de Santa Cruz de Coimbra. Não se sabe bem se D. Roberto, abade da Ermida do Paiva, perto de Castelo de Paiva, era efectivamente da mesma ordem, que só está expressamente documentada no mesmo lugar já no século XIII; mas o seu nome – Roberto – indica, sem dúvida alguma, a sua origem não hispânica. É conhecida a importância dos cistercienses na cultura portuguesa; mas há ainda muito por descobrir. Além de trazerem para Portugal a arquitectura peculiar da sua ordem, encomendaram manuscritos bíblicos e litúrgicos que atestam a sua actividade como copistas ou iluministas. Os seus códices viajaram até ao mosteiro feminino das Huelgas, em Burgos, e testemunham contactos culturais de grande importância, como mostrará a Prof. Adelaide Miranda, que tem feito, a este respeito, descobertas sensacionais.

Mencionemos, finalmente, os contactos culturais testemunhados por meio de narrativas e notícias referentes a Portugal, transmitidas por autores estrangeiros

da segunda metade do século XII e do princípio do século XIII. Uma delas, por sinal bem negra, é a que figura na colectânea de estórias de Walter Map intitulada, *De nugis curialium*, onde o rei aparece como um soberano caprichoso e brutal, até se tornar o assassino da própria rainha sem respeitar a sua gravidez. Numa outra obra, a *Crónica de Mestre Rogério de Hoveden*, cronista inglês do fim do século XII, descreve-se o conflito entre o rei e o cardeal Jacinto, num relato que se pode comparar com o transmitido pela *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*. Alguns dos combates com os almóadas na costa portuguesa e em torno de Santarém foram mencionados por outro cronista inglês, Radulfo de Diceto e por Mateus de Paris A trasladação das relíquias de S. Vicente é referida por um texto redigido no mosteiro de Saint-Ghislain, no Hainaut, no princípio do século XIII. Este último testemunho foi descoberto recentemente. É provável que venham a aparecer outros. Não há dúvida que as referências dos cronistas ingleses transmitem informações pouco correctas, recebidas, sem dúvida, por via indirecta; de qualquer maneira documentam o prolongamento de relações pessoais e a circulação de pessoas entre Portugal e a Inglaterra ainda no fim do século XII.

Podem-se aproximar de relatos mais tardios que documentam o papel de Lisboa e de outros portos marítimos portugueses como lugares de escala na rota atlântica que desde 1147 ligava o Mar do Norte ao Mediterrâneo. O relato da conquista de Silves em 1189 por um cruzado alemão ou flamengo, e da conquista de Alcácer do Sal por outro cruzado de origem desconhecida, Gosuino, documentam relações mais directas.

Trata-se, no entanto, de testemunhos dispersos que em parte confirmam a carácter periférico da história portuguesa, e em parte a desmentem. Desde o fim do século XII podem-se associar a informações que atestam a importação de uma cultura jurídica importada graças ao regresso a Portugal de clérigos que foram estudar em Bolonha ou noutras das incipientes universidades francesas ou italianas. No século XIII, porém, as condições históricas alteram-se substancialmente.

Como se vê, não faltaram a Portugal, no seu início, os contactos internacionais. Criaram, sem dúvida, um ambiente propício a alterações culturais, sociais e políticas, e a decisões ousadas ou inovadoras. A intensidade dessas relações, porém, foi-se reduzindo a pouco e pouco, entre 1140 e 1157, passando a ser dominada por arranjos interiores, na concorrência de poderes políticos e de poderes eclesiásticos de âmbito hispânico. Os contactos que se seguiram tornaram-se irregulares excepto, provavelmente, no âmbito da actividade jurídica e legislativa necessária para consolidar o poder régio e a administração diocesana. São, talvez, mais numerosos e variados do que se pensa, mas insuficientes para romper a condição periférica imposta pela geografia.